

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – DFC

Elder Aparecido Monsato¹; Marlau Adolfo da Silva²; Marcelo Resquetti Tarifa³

RESUMO

De acordo com realidade econômica atual, relativamente estável, de competitividade acirrada em quase todos os seguimentos, com o preço de venda sendo definido pelo mercado, saber onde estão sendo empregados seus recursos financeiros são de extrema importância. Nesse cenário, esse artigo de pesquisa bibliográfica visa explicar a Demonstração de Fluxo de Caixa, uma demonstração contábil que tem como finalidade evidenciar a captação e aplicação dos recursos financeiros de uma empresa. Com a publicação da lei 11.638/2007 (de 28 dezembro 2007) a demonstração de fluxo de caixa passou a ser obrigatória, para as empresas de sociedade anônima e para sociedade de capital fechado com patrimônio líquido superior a 2 milhões de reais. Essa obrigatoriedade está exposta no artigo 1 da lei n 11638 que altera a redação do inciso IV do artigo 176 da lei 6.404. Nesta mesma publicação a DFC veio em substituição a DOAR (Declaração de Origem e Aplicação de Recursos).

A DFC (Demonstração de Fluxo de Caixa) tem dois métodos de elaboração que serão evidenciados no decorrer do artigo, método direto e indireto; no qual todos apresentaram o mesmo resultado.

ABSTRACT

According to current economic reality, relatively stable, strong competitiveness in almost all segments, with the sale price being set by the market, know where they are being used its financial resources are extremely important. In this scenario, this article of life literature explaining the Statement of Cash Flow, a financial statement that is intended to demonstrate the capture and use of financial resources of a company. With the publication of the law 11.638/2007 (from December 28, 2007) the cash flow statement is now mandatory for companies and corporation privately held company with net worth over 2 million dollars. This obligation is set out in Article 1 of Law No. 11638 amending the wording of item IV of article 176 of Law 6404. In the same publication The DFC came to replace GIVING (Statement of Source and Application of Resources). The DFC (Statement of Cash Flows) has two methods of preparation that will be highlighted throughout the article, direct and indirect method, in which all showed the same result.

¹Bacharel em Ciências Contábeis, Especialista em Contabilidade e Controladoria Empresarial pelo Instituto de Ensino Superior de Londrina - INESUL. eldermonsato@hotmail.com

²Bacharel em Ciências Contábeis e Especialista em Contabilidade e Controladoria Empresarial pelo Instituto de Ensino Superior de Londrina - INESUL. marlauadolfo@hotmail.com

³Doutor em Contabilidade, professor do Curso de Especialização em Contabilidade e Controladoria Empresarial do Instituto de Ensino Superior de Londrina – INESUL.

INTRODUÇÃO

Demonstração de fluxo de caixa

De acordo com campos Filhos (1999) os EUA foram os pioneiros quanto a exigência da apresentação da DFC, por meio da publicação em 1987 do modelo FAS (Financial Accounting Standard) n 95. Logo após, em 1992, os países do Reino Unido também passaram a exigir a apresentação com a publicação do modelo FRS 01 (Financial Reporting Standard).

A DFC empregada no Brasil segue o modelo FAS 95, do FASB. Modelo este sub dividido em atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamento.

Iudícibus, Matins e Gelbcke (2003, p.32) pode-se definir a demonstração de fluxo de caixa DFC como uma peça contábil que visa mostrar como ocorrem as movimentações de disponibilidade em um dado período de tempo, sendo assim:

“Fluxo de caixa – fluxo de liquidez, ou seja, o curso que no tempo traça o confronto de recursos de recebimentos e os desembolsos por pagamentos. Forma dinâmica de conhecer o comportamento da liquidez ou capacidade ou dispor de dinheiro para fazer frente as necessidades financeiras. Procedimento técnico de acompanhamento entre encaixes e desencaixes obtendo-se o valor líquido entre tais confrontos em períodos sucessivos[...]”

Iudícibus, Matins e Gelbcke (2003, p.398) ainda destacam que:
As informações da DFC, principalmente quando analisadas em conjunto com as demais demonstrações financeiras, podem permitir que investidores, credores, e outros usuários avaliem:

- a) A capacidade da empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa;
- b) A capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos;
- c) A liquidez, solvência e flexibilidade financeira da empresa;
- d) A taxa de conversão de lucros em caixa;
- e) A performance operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos;
- f) O grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa;
- g) Os efeitos, sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimos e de financiamentos, etc.”

Gentil (2008) relata que o fluxo de caixa é o termômetro do cotidiano da empresa, demonstra como a empresa esta se comportando em relação aos seus pagamentos e recebimentos referente suas operações diárias.

A demonstração de fluxo de caixa DFC permite que a empresa tenha maior controle sobre as entradas e saídas de dinheiro, possibilitando assim que importantes decisões sejam tomadas no momento exato em que se tornem necessárias (QUINTANA ET AL, 2007, p.70).

Marion (2006 p. 64) afirma que, no mínimo, a DFC indica mutações ocasionadas no exercício relativas ao saldo de caixa e equivalência de caixa, segregada em fluxos de operações, dos financiamentos e investimentos.

Iudícibus, Matins e Gelbcke (2003, p.398) destaca alguns requisitos para o cumprimento da finalidade da DFC, que devem ser adotados:

- a) Evidenciar o efeito período das transações de caixa segregadas por atividades operacionais, atividade de investimento e atividade de financiamento nesta ordem.
- b) Evidenciar separadamente, em notas explicativas que façam referência à DFC, as transações de investimento e financiamento que afetam a posição patrimonial da empresa, mas não impactam diretamente os fluxos de caixa do período.
- c) Reconciliar o resultado líquido (lucro/prejuízo) com o caixa líquido gerado ou consumido nas atividades operacionais.

Independente do método utilizado para elaboração da DFC alguns conceitos estarão sempre evidenciados:

- Caixa e equivalente de caixa: Caixa engloba numerários disponíveis como dinheiro e saldo disponível em banco. Já equivalente de caixa contempla investimentos a curto prazo que podem ser transformados em valores de caixa com percentual insignificante de risco em relação a sua alteração de valor.
- Atividades Operacionais: São as atividades geradoras de receita contemplando ainda atividade de investimento financeiro, são praticamente oriundos da receita da entidade.
- Atividades de Investimento: esta vinculado ao ativo não circulante, como movimentação do imobilizado, compra e venda, investimentos financeiros a longo prazo.
- Atividades de financiamento: atividades que influenciam na composição do patrimônio líquido representam obrigações impostas a futuros fluxos de caixa pelos fornecedores de capital pela entidade.

O comitê de pronunciamentos contábeis aprovou o pronunciamento técnico CPC-03, que regulamentou a elaboração da DFC junto com a normal brasileira de contabilidade NBC-T 3.8. A DFC possui como forma de classificação das demonstrações de caixa por grupos de atividade.

- Atividades Operacionais – são as atividades de financiamentos e investimentos, relacionadas com atividade de produção, entrega de bens e serviços. (IUDÍCIBUS ET AL.,2008)

Entradas	Saídas
Recebimentos pela venda de produtos e serviços	Pagamentos a fornecedores
Recebimentos de duplicatas nas vendas a prazo	Pagamentos de impostos, tributos e taxas
Recebimentos decorrentes de descontos de duplicatas	Pagamento de juros
Recebimento de juros sobre empréstimos concedidos ou aplicações financeiras	
Recebimento de dividendos	
Outros recebimentos não oriundos das atividades de investimentos ou financiamentos	

Quadro 1 – Atividades Operacionais.

Fonte: Adaptado de IUDÍCIBUS et al. (2008, p. 352).

-Atividades de Investimentos- Relacionada a mutação dos ativos de longo prazo aplicados na produção de bens e serviços de aplicações financeiras (IUDÍCIBUS et al. (2008). As atividades de investimento correspondem basicamente ao grupo do ativo não circulante (CAMPOS FILHO, 1999). Hoji (2004) destaca que essas atividades são reflexo das decisões tomadas sobre aplicações, de caráter permanente, dos recursos necessários para operacionalizar o empreendimento.

Entradas	Saídas
Recebimento de empréstimos concedidos da venda desses a outras empresas	Desembolsos dos empréstimos concedidos pela empresa
Recebimento pela venda de títulos de investimento e outras entidades	Pagamento pela aquisição de títulos de investimentos de outras entidades
Recebimento pela venda de participações em outras empresas	Pagamento pela aquisição de títulos patrimoniais de outras entidades
Recebimento pelo resgate de participações pelas entidades investidas	Pagamento referente compra de ativos fixos utilizados na produção
Venda de imobilizado e de outros ativos fixos utilizados na produção	

Quadro 2 – Atividades de financiamento.

Fonte: Adaptado de IUDÍCIBUS et al. (2008, p. 353).

-Atividades de Financiamento- Tem como característica a obtenção de recursos de terceiros para aquisição de bens ou para saldar dívidas.

Entradas	Saídas
Venda de ações emitidas	Pagamento de dividendos ou outras distribuições aos sócios
Empréstimos obtidos no mercado de curto e de longo prazo	Pagamento de empréstimos obtidos, exceto juros
Recebimento de contribuições de caráter permanente ou temporário	Pagamento referente à aquisição de imobilizado a prazo

Quadro 2 – Atividades de financiamento.

Fonte: Adaptado de IUDÍCIBUS et al. (2008, p. 352).

Métodos da demonstração do fluxo de caixa

Método Direto

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 351). A demonstração de fluxo de caixa possui dois métodos de apresentação que correspondem a:

- direto: apresenta entradas e saídas de recursos de principais componentes das atividades operacionais; e
- Indireto: que apresenta uma conciliação entre o resultado do exercício e o caixa gerado pelas operações da empresa.

O método direto demonstra as entradas e saídas das atividades operacionais pelo seu volume bruto. Iniciando-se basicamente pela demonstração de resultados de exercício e procedesse aos ajustes pelas variações das contas do circulante “balanço patrimonial” ligado as operações. (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBECKE, 2003, p. 403). Segundo esses autores as empresa que utilizam o método direto devem no mínimo detalhar o fluxo das operações de acordo com as seguintes classes.

- Seus recebimentos, clientes, arrendatários, confessionários e similares
- Recebimento de juros e dividendos
- Demais recebimentos, quando houver
- Seus pagamentos, a empregados e fornecedores
- Juros pagos
- Impostos
- Outros pagamentos referentes as suas demais operações

Campos Filho (1999) destaca que uma das vantagens do método direto é a eliminação de qualquer transferência da legislação fiscal, pois gera informações baseadas em critérios técnicos. O método direto é conhecido também com abordagem das contas T, sua abordagem dos recebimentos e pagamentos de uma empresa consiste da utilização das partidas dobradas.

Conforme NPC 20 - Pronunciamento do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON nº 20 de 30/04/1999, a DFC elaborada pelo método direto deve conter:

Fluxos de caixa originados de:	Atividades
	operacionais
Valores recebidos de clientes	X
Valores pagos a fornecedores e empregados	(X)

Imposto de renda e contribuição social pagos	(X)
Pagamentos de contingências	(X)
Recebimentos por reembolso de seguros	X
Recebimentos de lucros e dividendos de subsidiárias	X
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	X

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	X
	Atividades de investimentos
Compras de imobilizado	(X)
Aquisição de ações/cotas	(X)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	X
Juros recebidos de contratos de mútuos	X

Atividades de investimentos	X
	Atividades de financiamentos
Integralização de capital	X
Pagamentos de lucros e dividendos	(X)
Juros recebidos de empréstimos	X
Juros pagos por empréstimos	(X)
Empréstimos tomados	X
Pagamentos de empréstimos/debêntures	(X)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	X

Aumento (Redução) nas disponibilidades	X
Disponibilidades -no início do período	X
Disponibilidades -no final do período	X
==	

Resultado do exercício/período	X
Ajustes para conciliar o resultado com o valor das disponibilidades geradas (aplicadas)	
Depreciação e amortização	X
Resultado na venda de ativos permanentes	X
Equivalência patrimonial	X
Variações nos ativos e passivos	
(Aumento) Redução em contas a receber	(X)

(Aumento) Redução nos estoques	X
Aumento nas despesas antecipadas	(X)
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	(X)
Aumento (Redução) na provisão para devedores duvidosos	X
Aumento (Redução) na provisão para férias	X
Aumento (Redução) na provisão para contingências	X

Total dos ajustes	X

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	X

Método Indireto

Iudícibus, Matins e Gelbcke (2003, 403) afirmam que a lógica para a elaboração da DFC no método indireto tem seu ponto de partida extraído da DRE, a partir daí começam a ser feitas adições e subtrações dos eventos que afetam o lucro mais não afetam o caixa ou vice versa, afetam o caixa mais não afetam o lucro. Devem ser atentado também ao fato de haver na DRE eventos referentes a atividades não operacionais da empresa, que por sua vez deveram ser adicionais ou subtraídos do lucro líquido.

A grande vantagem da elaboração da DFC pelo método indireto é evidenciar com clareza as variações e são geradas no caixa por alterações nos prazos de recebimento e pagamento ou por incrementos de estoques.

Iudícibus, Matins e Gelbcke (2003, p.399) o método indireto também conhecido como método da reconciliação por efetuar uma conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações

Para Iudícibus (2008) no método indireto é necessário remover o lucro líquido as alocações ao período do consumo de ativos de longo prazo e aqueles itens cujos efeitos no caixa sejam classificados como atividade de investimento ou financiamento, além dos ganhos e perdas na baixa de investimento. Conhecidos como método de reconciliação, por conciliar o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações, na utilização desse método deve se remover do lucro líquido os deferimentos que foram caixa no passado assim como as alterações dos saldos das contas a receber e a pagar no período.

Conforme NPC 20 - Pronunciamento do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON nº 20 de 30/04/1999, a DFC elaborada pelo método indireto deve conter:

Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Resultado do exercício/período	X
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	
Depreciação e amortização	X
Resultado na venda de ativos permanentes	X
Equivalência patrimonial	(X)
Recebimento de lucros e dividendos de subsidiárias	X
Variações nos ativos e passivos	
(Aumento) Redução em contas a receber	X
(Aumento) Redução nos estoques	X
Aumento (Redução) em fornecedores	X
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	X
Aumento (Redução) no imposto de renda e contribuição social	X

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	X
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Compras de imobilizado	(X)
Aquisição de ações/cotas	(X)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	X

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	X
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Integralização de capital	X
Pagamentos de lucros dividendos	(X)
Empréstimos tomados	X
Pagamentos de empréstimos/debêntures	(X)
Juros recebidos de empréstimos	X
Juros pagos por empréstimos	(X)

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	X

Aumento (Redução) nas disponibilidades	X
No início do período	X
No final do período	X
===	

Apesar de não existir uma definição quanto a qual método deve ser utilizado existe recomendação do Financial Accounting Standards Board (FASB) e International Accounting Standards Board (IASB) para que se utilize o método direto, tendo em vista que este método evidencia as principais classes de recebimentos e pagamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a análise da DFC, busca, constatar os recebimentos e pagamentos da empresa em dinheiro em um dado período de tempo. A DFC compreende principalmente as disponibilidades da empresa, representadas por caixa, banco e aplicações financeiras de curto prazo.

A DFC não deve ser analisada de forma isolada e sim em conjunto com as demais demonstrações contábeis, porem fica evidenciado que sua eficácia não se aplica somente as empresas obrigadas a sua publicação devido a gama de informações financeiras que podem ser extraídas de sua análise. A tendência é que a curto prazo todas as empresas venham a agregar em suas demonstrações a DFC de forma voluntaria ou mesmo imposta pelas instituições competentes visto sua real eficácia.

REFERENCIAS

CAMPOS FILHO, Ademar. **Demonstração dos fluxos de caixa:** uma ferramenta indispensável para administrar sua empresa. São Paulo: Atlas, 1999

FREZATTI, Fabio. **Gestão do Fluxo de caixa diário:** como dispor de um instrumento fundamental para o gerenciamento do negócio. Sao Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade:** Das Sociedades por Ações. 6. ed. Sao Paulo: Atlas, 2003.

MARION, Jose Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis:** Contabilidade Empresarial. 3. ed. Sao Paulo: Atlas, 2006.

NPC 20 - Pronunciamento do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON nº 20 de 30/04/1999 – Disponível em:
<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc20.htm>>

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração das Demonstrações Contábeis.** 3. ed. Sao Paulo: Atlas, 2002.

QUINTANA, A. C.; RODRIGUES, J. M.; GONÇALVES, T. M. demonstração dos fluxos de caixa como ferramenta complementar de informação para a gestão financeira. Revista CRCRS, n.09, dez./2008.

QUINTANA A. C.; MUNHOZ C. G.; AZEVEDO S. T. A demonstração do fluxo de caixa: um comparativo histórico e conceitual – MEF9490 – Disponível em:
<[HTTP://www.etcnico.com.br/paginas/mef9490.htm](http://www.etcnico.com.br/paginas/mef9490.htm)>

QUINTANA A. C.; SANTOS A. C.; CONCEIÇÃO W. S. Análise do Método de Elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa Apresentado nas Demonstrações Contábeis Disponibilizadas no site da Bovespa, nos Segmentos de Carnes e Derivados, Transporte Aéreo e Calçados. Revista CRCRS, n.03, Julho de 2007.

SA, Carlos Alexandre. **Fluxo de caixa**: a visão da tesouraria e da controladoria. 2. ed. Sao Paulo: Atlas, 2008.

SANTO A. E. Importância da interpretação da DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa, 10 de junho de 2010 – Disponível em:
<[HTTP://www.artigonal.com/print/2600397](http://www.artigonal.com/print/2600397)>

SILVA, E. M. Doar e DFC, conceitos, diferenças, vantagens e desvantagens. Instituto de contabilidade do Brasil, Revista Classe Contabil, jan./2008 - Disponível em <
<http://www.classecontabil.com.br/v3/artigos/ver/1421>>

SPADIN, C. E. Importância da demonstração dos fluxos de caixa enquanto instrumento gerencial para tomada de decisão. Revista de Ciências Gerenciais, n.14, V. XII, n. 14, 2008.

VASCONCELOS, E. S. demonstração do fluxo de caixa – dfc. Disponível em:
<[HTTP://knol.google.com/k/demonstra%C3%A3o-do-fluxo-de-caixa-dfc](http://knol.google.com/k/demonstra%C3%A3o-do-fluxo-de-caixa-dfc)>

ZDANOWICZ, Jose Eduardo. **Fluxo de caixa**: uma decisão de planejamento e controle financeiro. 8. ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzato, 2000.